

## **OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE EM UM TERREIRO DE BATUQUE DE PORTO ALEGRE-RS**

LEO FRANCISCO SIQUEIRA DE MORAES<sup>1</sup>; JORGE EREMITES DE OLIVEIRA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas - UFPEL – leofdemoraes@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas - UFPEL – eremites@hotmail.com

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho apresenta os resultados preliminares do procedimento etnográfico de observação participante em um terreiro de Batuque de Porto Alegre-RS e integra a pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL, intitulada “Entre tambores e tabus: Batuque do Rio Grande do Sul e patrimônio cultural negro”. O objetivo da pesquisa é investigar como os processos de memória social atuam na formação da identidade batuqueira e na apropriação do Batuque como patrimônio cultural afro-gaúcho.

O Batuque é uma tradição religiosa de matriz africana típica do estado do Rio Grande do Sul, com maior expressão na região da Grande Porto Alegre. Diferencia-se de outras tradições afro-brasileiras, como a umbanda e o candomblé, pelo seu sistema de crenças e fundamentos litúrgicos próprios, o que lhe confere caráter singular e fortemente ligado ao contexto cultural do sul do país. Defendemos que não se trata apenas de uma religião, mas também de um patrimônio cultural afro-gaúcho, consolidado como um marco identitário da comunidade negra no estado (Moraes, 2024).

O Batuque possui raízes históricas profundas. Bastide (1959) o compara ao Xangô de Pernambuco, sugerindo origem comum, reforçada pelo fato de que a maioria dos negros que chegaram ao Rio Grande do Sul vieram de centros escravistas já consolidados no Brasil, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Oro (2002) destaca o desenvolvimento inicial em regiões rurais de Rio Grande e Pelotas, expandindo-se a Porto Alegre a partir de meados do século XIX.

O Censo Demográfico de 2000 já indicava o Rio Grande do Sul como o estado mais afro-religioso do Brasil, posição que se manteve em 2010 e foi novamente confirmada em 2022 (IBGE, 2023). Neste último levantamento, 3,2% da população gaúcha se declarou adepta de religiões afro-brasileiras — mais de 306 mil pessoas. Porto Alegre, por sua vez, aparece em terceiro lugar entre as capitais em números absolutos, com cerca de 75 mil praticantes (GZH, 2023).

A cosmopercepção batuqueira apresenta uma leitura de mundo distinta da filosofia judaico-cristã predominante. Estruturada no culto aos orixás, divindades do panteão iorubá, compreende uma cosmologia que articula três dimensões coexistentes: Orún (mundo dos deuses), Aiyê (mundo dos vivos) e Ikú (mundo dos mortos). O culto organiza-se em torno dos llês, casas religiosas que formam famílias de santo, responsáveis pela preservação, transmissão e atualização das tradições (Corrêa, 1992; Braga, 1998). É nesse sistema simbólico que também se produzem as memórias coletivas e as identidades que este estudo busca analisar.

### **2. METODOLOGIA**

A pesquisa caracteriza-se como estudo de campo etnográfico, desenvolvido em um terreiro de Batuque de Porto Alegre com 20 anos de existência, continuidade de uma comunidade de terreiro presente na cidade desde o final da década de 1960. A escolha desse espaço como lócus de investigação justifica-se pela vivência do pesquisador, tamboreiro da casa há mais de uma década, cuja posição lhe confere uma perspectiva privilegiada durante os rituais. Conduzindo a parte musical da cerimônia, o tamboreiro precisa de presença e atenção constantes às dinâmicas coletivas, o que possibilita acompanhar de perto a interação entre sacerdote, iniciados, entidades e assistência. Essa inserção permite observar não apenas os aspectos litúrgicos, mas também as formas de sociabilidade que estruturam a vida comunitária.

O trabalho etnográfico fundamenta-se na concepção de Geertz (1989), para quem a etnografia consiste em uma “descrição densa”, capaz de interpretar significados culturais a partir da experiência compartilhada com o grupo. A observação participante é entendida, conforme Cardoso de Oliveira (1996), como técnica constitutiva da antropologia, baseada no olhar, ouvir e escrever como modos de apreensão da realidade social.

Além da observação participante, será realizada uma etapa posterior de entrevistas etnográficas com membros da comunidade, a fim de registrar suas experiências e trajetórias. Para definir os participantes, está em andamento a aplicação de um formulário digital (Google Forms) a toda a casa, no qual os próprios integrantes podem indicar quem consideram mais representativo da memória coletiva, tanto entre os mais velhos quanto entre os mais jovens. A partir dessas indicações, serão definidos os entrevistados, contemplando o sacerdote e diferentes perfis de adeptos, compondo um quadro variado de trajetórias e narrativas que permita compreender a diversidade de memórias e identidades presentes no terreiro.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fundamentação teórica da pesquisa ancora-se em Halbwachs (2003) e Pollak (1992), que compreendem a memória como fenômeno social e coletivo, sustentado por narrativas, símbolos e práticas que conferem coesão a um grupo. Partindo desse entendimento, considera-se que as experiências transmitidas no Batuque operam como mecanismos de formação e manutenção da identidade batuqueira, que se expressa como memória coletiva capaz de consolidar um sentido de pertencimento afro-gaúcho.

Os dados obtidos até o momento mostram que a transmissão desse patrimônio se dá por uma rede de aprendizados que, embora frequentemente articulada pela narrativa do sacerdote, é sustentada por vínculos de parentesco religioso, de amizade e pelas interações entre diferentes gerações. A iniciação de novos adeptos acontece principalmente na convivência, quando narrativas, práticas e lembranças são compartilhadas e ressignificadas.

Dentre as muitas narrativas que circulam na comunidade, dois relatos foram destacados neste trabalho por exemplificarem o processo de construção da memória social. O primeiro é o episódio contado pelo pai de santo sobre a ocasião em que, ainda jovem, tentou realizar um feitiço contra um vizinho. Uma entidade da casa interveio, desmanchou o trabalho e o advertiu que não deveria usar a espiritualidade para prejudicar o próximo. Essa experiência moldou sua postura ética como sacerdote, transmitida desde então à comunidade como

ensinamento e referência de conduta, tornando-se uma espécie de mandamento da comunidade: jamais prejudicar o próximo.

O segundo é a lembrança da chamada “Obrigação dos 19”, ritual de iniciação em que dezenove pessoas se recolheram em iniciação num ritual que durou mais de doze horas. A narrativa desse acontecimento se tornou parte da memória social da casa, contada inclusive por adeptos que não o vivenciaram diretamente. Nesse caso, o esforço coletivo e o “perrengue” enfrentado funcionam como legitimação: quem atravessou a exigência física e espiritual do recolhimento ganhou reconhecimento como batuqueiro, já que dedicação e resistência são vistas como características fundamentais dessa identidade. Esse exemplo, entre outros, mostra como a memória social transforma experiências vividas em marcos de pertencimento compartilhado.

Além dos grandes rituais e eventos lembrados coletivamente, a memória social também se atualiza nos espaços de convivência cotidiana. Conversas na cozinha, nas rodas de sala ou no fumódromo funcionam como verdadeiros lócus etnográficos, onde circulam histórias, “causos” e aprendizados. Esses momentos informais reforçam que a memória da casa não se limita ao ritual, mas também se constrói nas sociabilidades do dia a dia, que fortalecem vínculos e mantêm viva a identidade batuqueira.

#### 4. CONCLUSÕES

A principal inovação deste trabalho está em abordar o Batuque a partir da memória social como categoria central de análise. Essa perspectiva permite compreender a religião não apenas como prática ritual, mas como espaço de produção e circulação de narrativas que estruturam identidades coletivas e modos de pertencimento. Ao valorizar a experiência interna da comunidade e sua forma própria de organizar lembranças e ensinamentos, a pesquisa contribui para ampliar a compreensão do Batuque como fenômeno social e cultural, além de religioso.

O estudo também aponta a relevância de reconhecer o Batuque como patrimônio cultural afro-gaúcho vivo, atualizado nas práticas rituais e nas sociabilidades cotidianas. Essa abordagem oferece subsídios para pensar a preservação de tradições negras no Rio Grande do Sul de forma mais próxima da experiência dos próprios praticantes, reforçando o papel dos terreiros como espaços de memória e identidade.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIDE, R. **Sociologia do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Anhambi, 1959. p. 236-249.

BRAGA, R. G. **Batuque Jêje-Ijexá em Porto Alegre: A música no culto aos Orixás**. Porto Alegre: FUMPROARTE/SMC-PMPA, 1998.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

CORRÊA, N. F. **O batuque no Rio Grande do Sul: antropologia de uma religião afro-rio-grandense**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GZH. **Rio Grande do Sul segue como estado mais afro-religioso do Brasil, aponta IBGE**. Porto Alegre, 2023. Acesso em: 28 ago. 2025. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: religião**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Acesso em: 28 ago. 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>.

MORAES, L. F. S. **Batuque, tuque, tuque, todo o muque no tambor: o ofício dos tamboreiros de batuque como patrimônio cultural negro**. 2024. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

ORO, A. P. Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul: Passado e Presente. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2002.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.